



OVG

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS
CNPJ: 02.106.664/0001-65
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2013 E 2012

CONTEÚDO

Parecer do Conselho Fiscal
Relatório da Diretoria Superior
Quadro I – Balanço patrimonial
Quadro II – Demonstração do resultado
Quadro III – Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Quadro IV – Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS, no uso de nossas atribuições legais estatutárias e, após examinarmos atos da gestão e respectivos documentos do exercício social de 2013, somos de opinião que as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício estão aptas a serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Goiânia (GO), 24 de março de 2014.

OTÁVIO ALEXANDRE DA SILVA
CPF: 135.177.591-04

IVAN SOARES DE GOUVÊA
CPF: 005.100.091-15

GLAUCIA MARIA TEODORO REIS
CPF: 169.165.901-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA SUPERIOR

A Diretoria Superior da Organização das Voluntárias de Goiás OVG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2013.

Goiânia (GO), 24 de março de 2014.

ELIANA MARIA DE CASTRO FRANÇA

Coordenadora Geral

OLAVO MARSURA ROSA

Coordenador Financeiro

IZEKSON JOSÉ DA SILVA

Coordenador Administrativo

HELCA DE SOUSA NASCIMENTO

Coordenadora Técnica

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro			
(Em Reais)			
ATIVO	NOTA	2013	2012
CIRCULANTE		19.932.170	22.645.367
Caixa e Equivalente de Caixa – Sem restrição	4	105.956	570.685
Caixa e Equivalente de Caixa – com restrição	4	10.359.729	8.376.072
Adiantamentos a Funcionários		522	862
Adiantamentos para Unidades		925	2.119
Creditos a Receber	5	-	664
Estoque	6	4.038.108	2.693.082
Bolsa Universitária	7	5.276.565	10.843.416
Despesas Apropriar	8	152.366	158.466
NÃO CIRCULANTE		6.182.834	6.380.040
Realizável a Longo Prazo	9	-	15.064
Imobilizado	10	6.182.834	6.364.976
Total do Ativo		26.115.004	29.025.407
Passivo	NOTA	2013	2012
CIRCULANTE		19.984.601	19.761.488
Fornecedores	11	16.053.405	16.650.491
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	927.623	795.822
Obrigações Tributárias	12	533.892	462.964
Outras Provisões	13	2.203.004	1.852.211
RECURSOS DE CONVENIO E CONTRATOS		266.677	
Recursos de Convênios e Contratos		266.677	
NÃO CIRCULANTE		2.005.116	2.237.294
Obrigações Sociais		1.478.834	1.621.834
Parcelamento Paes		339.589	438.895
Pensão de Reparação Civil		170.538	176.565
Obrigações Fiscais		16.155	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.125.286	7.026.624
Patrimônio Social	15	6.035.419	6.035.419
Superávit ou (Déficits)	15	(1.745.464)	109.324
Acumulados		(164.668)	881.882
Superávit / (Déficit) do Período		(164.668)	881.882
Total do Passivo		26.115.004	29.025.407
Demonstrações do Resultado do Período			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2013 e 2012 (Em Reais)			
	NOTA	2013	2012
Receitas Operacionais		152.546.113	79.421.867
Com Restrição		146.342.550	75.040.363
Programas (Atividades) de Assistência Social	18	59.916.746	69.241.827
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária	18	65.479.278	5.346.127
Gratuidade		14.962.034	-
Gratuidade Fiscal		5.772.774	-
Rendimento Financeiro	21	211.717	452.409
Sem Restrição		6.203.564	4.381.504
Contribuições e Doações Voluntárias	19	3.932.875	2.623.487
Ganhos na Venda de Bens		30.200	40.200
Rendimento Financeiro	21	24.492	54.156
Outros Recursos Recebidos		2.215.997	1.663.661
Custos e Despesas Operacionais		(112.226.349)	(42.315.577)

Assistência Social	(32.162.977)	-
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária	(65.101.338)	(42.315.577)
Gratuidade - Doações e Transferências	(14.962.034)	-
Resultado Bruto	40.319.764	37.106.290
Despesas Operacionais Administrativas	(40.484.432)	(36.224.408)
Salários	(25.407.820)	(23.291.091)
Encargos Sociais	(8.940.048)	(6.060.506)
Impostos e Taxas	(310.235)	(262.783)
Aluguéis	(151.191)	(9.575)
Serviços Gerais	(3.056.055)	(2.765.630)
Manutenção	(603.144)	(1.029.176)
Depreciação e Amortização	(515.816)	(375.652)
Perdas Diversas	-	(507.569)
Outros Despesas	(1.500.122)	(1.922.425)
Operações Descontinuadas (Líquido)		
Superávit/Déficit do Período	(164.668)	881.882

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
(Em Reais)				
	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.022.503	5.012.916	814.185	6.849.584
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(704.841)	(704.841)
Superávit do Período	-	-	881.882	881.882
Saldo em 31 de dezembro 2012	1.022.503	5.012.916	991.206	7.026.624
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(2.736.670)	(2.736.670)
Déficit do Período	-	-	(164.668)	(164.668)
Saldo em 31 de dezembro 2013	1.022.503	5.012.916	(1.910.132)	4.125.286

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto

	Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)	
	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(164.668)	881.882
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	454.292	366.142
Provisões	-	1.495.790
Juros de LP	129.290	-
Resultado da baixa de ativos imobilizados	31.324	9.510
Ajuste de Exercícios Anteriores	(2.736.670)	-
Superávit (Déficit) Ajustado	(2.286.432)	2.753.324
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	4.247.189	(2.787.282)
(+) Redução em convênio a receber	5.566.851	1.830.299
(+) Redução em outras contas a receber	8.299	(3.000.470)
(-) Aumento nos estoques	(1.343.025)	(1.603.873)
(+) Redução nas contas não circulante	15.064	(13.238)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	223.113	632.812
(-) Redução em fornecedores e convênios	(597.086)	1.742.221
(+) Aumento nos salários e encargos sociais	131.801	62.899
(+) Aumento em obrigações tributárias	70.928	114.978
(+) Aumento em outras provisões	350.793	(1.287.286)
(+) Aumento nas contas não circulante	266.677	-
(=) Caixa líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	2.183.870	598.854
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(333.674)	(635.202)
Resultado baixa de Ativo Imobilizado	30.200	(9.510)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(303.474)	(644.712)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Baixa de INSS Judicial	(225.873)	(259.134)
Baixa de Parcelamento PAES	(112.589)	(109.120)
Ações Trabalhistas	(23.007)	(21.206)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(381.468)	(389.460)
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.518.928	(435.318)
No início do exercício	8.946.757	9.382.075
No fim do exercício	10.465.685	8.946.757
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.518.928	(435.318)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para o Exercício Findo Em 31 de Dezembro de 2013 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização das Voluntárias de Goiás - OVG, constituída sob a forma de Associação Civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado de fins não econômicos e de caráter beneficente, inscrita no CNPJ 02.106.664/0001-65, tem como finalidade precípua a Assistência Social, fundada em 30 de outubro de 1947, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº 6.283/05, tem como missão: Desenvolver programas de assistência social, baseados nos princípios da Lei Orgânica da

Assistência Social - LOAS, contribuindo para a inclusão e proteção social e minimização das desigualdades sociais.

Áreas de atuação:

Para alcançar o maior número de beneficiários, a OVG conta com parcerias importantes do setor empresarial, do setor público, de universidades e da própria Sociedade Civil.

A Resolução CNAS nº 109, de 11.11.2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, tipifica os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelecendo os seguintes níveis de complexidade:

1.1 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE:

1.1.1 Complexo Gerontológico Sagrada Família - É uma Instituição de Longa Permanência – ILPI – sendo estabelecimento para atendimento institucional integral, cujo público-alvo são as pessoas de 60 anos ou mais, com diversos graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Destina-se fundamentalmente a idosos que não dispõem de condições de permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Proporciona serviços na área social, médica, psicológica, de enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, odontologia e outras, conforme as necessidades desse segmento etário. O CGSF adota as seguintes normas de atendimento:

- Casa Lar: idosos dependentes.
- Centro Dia: idosos dependentes que moram com os familiares e permanecem durante o dia na unidade.
- Frequentadores: idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades na unidade.

1.1.2. Centro de Convivência de Idosos Vela Vida – unidade de longa permanência, dotada de 30 casas-lares para atender a necessidade de moradia de pessoas idosas, independentes e aposentadas, fora do convívio familiar. Atende, também, como frequentadores, idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades, durante o dia, sob orientação e acompanhamentos dos profissionais do CCIVV. Conta com uma equipe multiprofissional, composta por Assistentes Sociais, Pedagogos, Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Educadores Físicos e Fisioterapeutas. As atividades são planejadas com o objetivo de assegurar a saúde intelectual e física do idoso, favorecer o trabalho em grupo, enfatizar a convivência e o fortalecimento dos vínculos, incluindo o exercício do direito à prática da religião. São realizadas palestras educativas, ações de alfabetização, coral, dança de salão, bailes, hidroginástica, natação, entre outros. No campo nutricional, o idoso recebe atenção direcionada à respectiva faixa etária. O trabalho com a família também constitui foco do trabalho do CIVV, pois o objetivo é fortalecer os vínculos para possibilitar o retorno dos idosos ao convívio com os familiares.

1.2. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

1.2.1. Casa do Interior de Goiás- Na modalidade Casa de Passagem oferece proteção social e apoio – material e psicológico – a adultos do interior do Estado que demandam tratamento médico de média e alta complexidade (principalmente tratamentos de oncologia, procedimentos cirúrgicos e outros) e não possuem referência familiar na capital, nem condições financeiras para custeio das despesas. O cidadão conta com hospedagem, alimentação, transporte para realização de procedimentos fora da entidade e para atendimento em casos de emergência, atividades socioeducativas e acompanhamento de profissionais especializados (enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, pedagogos) inteiramente grátis. Durante a permanência na CIGO, os usuários – e acompanhantes – também participam de atividades artesanais com materiais recicláveis. Todas as atividades são planejadas com flexibilidade para observar e respeitar, tanto a capacidade física e motora quanto as barreiras culturais de cada um. O atendimento é realizado com base na Política Nacional de Assistência Social, em interface com a Política de Saúde, de acordo com as especificidades de cada usuário.

1.2.2. Centro Social Dona Gercina Borges Teixeira – Compreende o atendimento a gestantes, vítimas ou não de violência e/ou exploração sexual, em situação de vulnerabilidade social, de Goiânia e região metropolitana de Goiânia, prestando assistência pré-natal e acompanhamento pós-parto, até um ano após o nascimento da criança. Tem como eixo norteador as dimensões biopsicossocial do ser humano, sendo pautada pelos seguintes instrumentos normativos legais: Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei 6.096/90), Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e/ou Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB –SUAS) e Resolução CNAS nº 109/2009. O CSDGB atua também junto aos familiares, individualmente e em grupo, na sede da entidade e em domicílio, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares.

1.3. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:

Os serviços de proteção social básica tem como matricialidade a família e foco nos aspectos relacionados à criança, ao adolescente, aos idosos e às pessoas com deficiência. Contemplam:

1.3.1. Apoio Social ao Cidadão – Compreende as atividades destinadas ao atendimento das necessidades imediatas do cidadão, por meio da dispensação de benefícios assistenciais e de ações de fortalecimento dos vínculos sócios familiares, visando a superação das vulnerabilidades e a melhoria da qualidade de vida. Enquadram-se também nesta categoria o atendimento odontológico, prestado pela OVG em consultório fixo e móvel (ônibus e trailer) e os exames de DNA, realizados em parceria com o Ministério Público de Goiás.

1.3.2. Apoio às Entidades Sociais – São atividades de apoio às entidades filantrópicas cadastradas na OVG, mediante orientações de caráter operacional e metodológico sobre o trabalho assistencial com base na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e

repasso de benefícios para atendimento em situações de emergência. Em articulação com as instituições assistidas e com os Conselhos Municipal e Estadual de Assistência Social, a OVG contribui para a readequação das ações das diversas entidades sociais, com foco no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

1.3.3. Apoio aos Municípios – presta serviço de apoio às entidades sociais públicas municipais, incluídas as Secretarias Municipais de Assistência Social, na realização de ações de promoção e inclusão sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade social das respectivas áreas de atuação, executado em interação com Prefeitos, Gestores Sociais, Primeiras Damas e Técnicos em geral. Com a disponibilização de benefícios assistenciais às populações carentes e a orientação técnica em matéria de assistência social, a OVG, através da Assessoria de Apoio aos Municípios – ASSAM, marca presença em todo o território goiano, exercitando e fortalecendo a parceria com o poder público municipal.

1.3.4. Integração ao Mundo do Trabalho:

1.3.4.1. Oficinas Educacionais Comunitárias (Norte Ferroviário, Cândida de Moraes e Novo Mundo) – As OEC's atuam no eixo da formação profissional de adolescentes e jovens oriundos de famílias de baixa renda, em situação de risco pessoal e social, que se encontram fora do mercado formal de trabalho. Prestam serviços de proteção social básica, com foco no desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social (familiar e comunitária), o fortalecimento dos vínculos afetivos, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho, estimulando o protagonismo social, a aquisição de novos conhecimentos e a formação de atitudes e valores, numa perspectiva de formação integral da pessoa como cidadã de direitos e deveres. Sem prejuízo da prioridade aos adolescentes e jovens, as OEC's oferecem oportunidade de participação nos cursos profissionalizantes também os familiares destes e aos membros da comunidade. Com essa forma de atuação, as OEC's contribuem também para o retorno e/ou permanência dos adolescentes e jovens à rede regular de ensino e viabilizam o ingresso/progresso do aluno no mercado de trabalho, inclusive como empreendedor.

1.3.4.2. Centro de Qualificação Profissional – O COP é a unidade da OVG incumbida de promover a qualificação/aproveitamento profissional do cidadão, através de cursos de Língua Estrangeira, Informática, Português, Matemática, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, etc, que além de qualificar tecnicamente facilitam a inserção/manutenção e/ou progresso no mercado de trabalho, em razão dos conhecimentos e habilidades proporcionados pelos cursos realizados.

1.3.4.3. Telecentros – objetiva a inclusão digital e social das camadas menos favorecidas economicamente, por meio do acesso aos meios de informática, com utilização de estruturas (TELECENTRO) implantadas pela OVG em convênio com o Ministério das Comunicações.

1.3.5. Centro Goiano de Voluntários Consiste nas atividades destinadas a incentivar e apoiar a prática do voluntariado no Estado de Goiás. É uma unidade que recruta, capacita e encaminha às instituições sociais pessoas interessadas no trabalho voluntário, nos moldes da lei nº 9.608/98, que estatui a não geração de vínculo empregatício e de obrigações trabalhistas ou previdenciárias nesta modalidade de trabalho. Nesse campo, o CGV ministra palestras de orientação técnica para pessoas de todos os níveis culturais interessadas na prestação de serviços voluntários. Também realiza palestras de sensibilização e orientação em empresas em órgãos públicos, visando incentivar a prática do voluntariado. Complementarmente, presta orientação às entidades interessadas em receber voluntários, com o objetivo de promover a cultura do trabalho voluntário, difundir informações e multiplicar experiências de sucesso e potencializar parcerias para o desenvolvimento de iniciativas na área.

1.3.6. Apoio aos Municípios para Segurança Alimentar: destinado a municípios com mais de 100.000 habitantes, atende atualmente Luziânia e Rio Verde.

1.3.7. Restaurante Cidadão – programa de construção da Cidadania, executado pela OVG, em parceria com o Estado de Goiás, que visa fornecer aos trabalhadores menos favorecidos economicamente refeições nutritivas de qualidade, a preço subsidiado, com cardápios elaborados por Nutricionistas, de acordo com as normas dos órgãos de Saúde Pública (Vigilância Sanitária), e rigoroso controle de higiene e qualidade. O Programa conta com unidades instaladas em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis.

1.4. PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA – PBUNI
Programa do Governo Estadual, disciplinado pela Lei nº 17.405, de 06.09.2011, executado pela OVG, com base no Contrato de Gestão. Mantido com recursos do Fundo Protege Goiás, concede bolsas de estudo a alunos sem recursos financeiros próprios ou de familiares para custear os estudos, matriculados em instituições de ensino superior de natureza privada, objetivando possibilitar-lhes o acesso ao ensino superior, ampliar o número de profissionais com formação superior, habilitados para acesso ao mercado de trabalho e aptos a contribuir para o pleno desenvolvimento do Estado de Goiás, incentivar jovens e adultos a continuarem ou retomarem os estudos e reduzir o índice de evasão escolar motivada por carência financeira, nas universidades goianas.

1.5. PROGRAMAS ESPECIAIS:

1.5.1. Goiás Sem Frio – Serviço de apoio e proteção à população carente, através de Campanha que mobiliza a população em geral e particularmente os empresários e as instituições privadas, é uma articulada rede de parcerias para minimizar o sofrimento de pessoas de baixa renda, durante o inverno, com a distribuição de milhares de cobertores para entidades sociais, instituições filantrópicas, pessoas em situação de rua e famílias de baixa renda dos 246 municípios goianos. A arrecadação acontece todos os anos antes do inverno, o que possibilita realizar as doações normalmente nos meses de abril e maio, antes, pois, do período de frio, evitando que as pessoas sofram sem agasalhos.

1.5.2. Natal OVG – Através da promoção do Programa Natal na Praça, a OVG reconhece e viabiliza o exercício do direito da criança de se expressar pelo brincar, pela vivência artística com interação e proteção social, possibilitando a convivência, estabelecendo e fortalecendo vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia das segurança de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas e da distribuição de brinquedos, na capital e em todos os demais municípios goianos. Em Goiânia, é desenvolvido com a festa natalina, na Praça Cívica, durante 20 dias, no mês de dezembro.

1.5.3. Apoio a Romeiros – Programa de apoio às manifestações culturais da população goiana através de ações de fortalecimento das tradições que estimulam a construção de suas histórias, vivências individuais e coletivas, com espaço para descanso e

distribuição de lanches aos peregrinos nas Romarias de Trindade (Romaria do Divino Pai Eterno – nos meses de junho/julho) e Niquelândia (Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, em Muquém, no mês de agosto).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas principalmente na Interpretação Técnica ITG 2002 aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, cuja síntese, está demonstrada como segue:

2.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às doações por terem características de receita sem restrição são reconhecidas quando do efetivo recebimento. Com relação aos recursos provenientes de Convênio destinado a Bolsa Universitária, até o de exercício 2012 era controlados em conta específicas do ativo e passivo e suas respectivas redutoras, a partir de 2013 passaram a serem registradas nas contas de resultados em suas respectivas competências.

c) Circulante e Não Circulante

O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não-Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos.

d) Direitos de Curto Prazo

São compostos por convênios a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de acordo com o valor constante no documento de doação. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

g) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 10 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após o encerramento do exercício social. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Patrimônio Líquido

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do *superávit (déficit)* apurado anualmente e pelo ajuste de avaliação patrimonial realizado em 28/11/2008 pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de Goiás.

j) Tributação

A organização é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para Pis é a folha de pagamento, os quais são recolhidos mensalmente. Os benefícios fiscais estão devidamente apresentados na Demonstração do Resultado do Período e na nota explicativa 22.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais,

trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em nossos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Caixa e Equivalentes de caixa com e sem restrição

	2013	2012
Bancos c/movimento e/restrição	4.043.812	1.271.306
Bancos c/movimento s/restrição	78.960	70.251
Aplicação Financ. e/restrição	6.315.916	7.104.767
Aplicações financ.s/restrição (*)	26.995	500.434
Total do Disponível	10.465.683	8.946.758

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB/RDB, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Para maior transparência e fiscalização na utilização dos recursos recebidos pela Entidade a mesma não possui recursos em Caixa, nem mesmo para aquisição de itens de pequeno valor. Todos os recursos recebidos em dinheiro são imediatamente depositados em conta bancária específica para recebimento de recursos dessa natureza.

Cada recurso recebido em razão de convênio são alocados em conta-corrente que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados.

5 Créditos a Receber

	2013	2012
Titulos a Receber (i)	7.674,00	7.674,00
(-) Provisão para Crédito de Real. Duvidosa (ii)	-7.674,00	-7.674,00
Prestação Pecuniária a Receber		664
	0	664

(i) Títulos a Receber se referem a doações pendentes de serem concluídas.

(ii) A provisão para crédito de Real. Duvidosa foi efetuada em 100% por motivo de não haver previsão de recebimento deste valor.

6 Estoques

Em 31 de dezembro os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

	2013	2012
Almoxarifeado	389.509,05	431.111,47
Bens adquiridos para Doação	2.271.533,17	1.432.756,12
Bens recebidos para Doação	462.366,13	110.724,48
Estoque-Matéria Prima	912.699,28	718.490,25
	4.036.107,61	2.693.082,32

7 Recursos em Convênio a Receber

	2013	2012
Bolsa Universitária	5.276.565,03	10.843.416,42
Contrato de Gestão	0	0
	5.276.565,03	10.843.416,42

Representam valores pendentes de repasse para quitação de despesas já realizadas com o programa Bolsa Universitária e Contrato de Gestão contratados até 31/12/2013.

8 Despesas a Apropriar

	2013	2012
Seguro de Veículos a Apropriar	23.304,35	16.219,80
Seguro Bolsista OVG	55.053,45	65.803,95
Vale Transporte	74.008,10	76.442,40
	152.365,90	158.466,15

Representam valores de seguros contratados 2013/2014 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte.

O Seguro de veículos foi contratado por 12 meses, para cobrir despesas e garantir indenizações integral, perdas parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais por passageiro, danos morais e assistência 24 horas/km ilimitado.

Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, sem pro-labore, para os bolsistas do Programa Bolsa Universitária, pelo período de 12 meses.

Aquisição de vale-transporte para abastecimento do sit passae para os funcionários.

9 Realizável a Longo Prazo

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante - Real. A L.P	
	2013	2012	2013	2012
Prestação Pecuniária a Receber		664		
Responsabilidade Solidária		0		15.063,97
TOTAL		664		15.063,97

Em 2013, foram recebidas a Prestação Pecuniária conforme decisão do Ministério Público.

10 Imobilizado



Composição dos Saldos

Discriminação	Taxa de Deprec a.a.%	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2013	Líquido 2012
Terrenos Urbanos		1.207.636	-	1.207.636	1.207.636
Máquinas e Equip	10%	555.262	306.461	248.801	214.274
Móveis e Utensílios	10%	556.548	299.500	257.048	238.490
Veículos	20%	883.426	559.134	324.292	475.980
Computadores/Perif	20%	808.032	530.868	277.164	163.243
Instalações	10%	85.912	53.794	32.118	36.779
Prédios e Edificações	4%	4.820.000	984.225	3.835.775	4.028.575
Totais		8.916.816	2.733.982	6.182.834	6.364.976

Movimentação do Custo

Discriminação	Consolidado				
	2012	Movimentação			2013
	Custo	Adições	Baixas	Doados	Custo
Terrenos Urbanos	1.207.636	-	-	-	1.207.636
Máquinas e Equip	539.836	94.203	78.778	-	555.261
Móveis e Utensílios	514.859	57.501	15.812	-	556.548
Veículos	1.026.681	-	143.255	-	883.426
Computadores/Perif	673.088	180.770	45.826	-	808.032
Instalações	88.857	1.200	4.145	-	86
Prédios e Edificações	4.820.000	-	-	-	4.820.000
Totais	8.870.957	333.674	287.816	-	8.916.815

As adições do patrimônio no valor R\$ 289.624,00 foi adquirido com recursos restrito e R\$ 44.050,00 com recursos sem restrição.

11 Fornecedores

FORNECEDORES

	2013	2012
Fornecedores a Pagar	16.053.405	16.650.491

Os saldos das contas fornecedores a pagar em 31/12/2013 de R\$ 16.053.405 estão compostos por sua maioria com recursos a repassar para as faculdades a título do Convênio No. 001/2011 (Programa de Bolsas Universitárias) assinado entre a OVG e o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN).

12 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos da Entidade, e estão assim apresentados:

	2013	2012
Obrig. Soc. e Trabalhistas	927.623	795.822
Obrigações Tributárias	533.892	462.964
TOTAL	1.461.515	1.258.786

13 Outras Provisões

	2013	2012
Contingências de Ações Cíveis (i)	264.321	356.422
Contingências de Ações Trabalhista(i)	349.613	-
Provisão de Férias	1.458.537	1.376.948
Provisão de Pis s/ Férias (ii)	14.504	13.769
Provisão de FGTS s/ Férias (iii)	116.030	105.072
TOTAL	2.203.004	1.852.211

(i) Com base na opinião dos consultores jurídicos internos, a administração da OVG entende que as provisões constituídas no montante de R\$ 613.934 é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

(ii) A provisão de Pis s/ Férias foi feita ao percentual de 1%.

(iii) A provisão de FGTS s/ Férias foi realizada ao percentual de 8% apenas sobre a remuneração sujeita a esta contribuição e devidamente sustentada com base em controle feito pelo departamento de pessoal.

14 Exigível a longo prazo

Composto dos seguintes valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2013	2012	2013	2012
Parcelamento PAES (*)	112.359	110.854	339.589	438.895
INSS Judicial (**)	229.386	222.366	1.478.834	1.621.834
Pensão de Rep. Civil (***)	24.508	24.195	170.538	176.565
Auto Inf Prof. de Goiânia(****)	9.060	-	16.155	-
TOTAL	375.313	357.415	2.005.116	2.237.294

(*) A Organização formalizou a opção em 03 de outubro de 2003 ao Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei No. 10.684/03. A adesão ao PAES foi deferida em 15 de dezembro de 2003 e objetivou, além de alongar o perfil da dívida atinente aos parcelamentos em curso, promover o refinanciamento desses mesmos débitos tributários e outros naquela oportunidade confessados. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 112.588 (cento e doze mil e quinhentos e oitenta e oito reais).

(**) Parcelamento junto ao INSS decorrente de multa aplicada em virtude da divergência de valores recolhidos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 225.873 (duzentos e vinte e cinco mil e oitocentos e setenta e três reais).

(***) Ação de indenização, protocolo 9801067004 da 1ª vara civil da comarca da Goiânia, em nome da Senhora Maria Aparecida Coutin Santos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 23.007 (vinte e três mil e sete reais).

(****) Auto de infração da Prefeitura Municipal de Goiânia número 580 da taxa de funcionamento e multa formal, que serão corrigidos em 1% ao mês, mais IPCA ao ano.

15 Patrimônio Líquido

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do superávit (déficit) apurado anualmente e pelo resultado da avaliação patrimonial da Sede da OVG.

	2013	2012
Doações e Subvenções	1.022.503	1.022.503
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.012.916	5.012.916
Superavit ou Déficit Acumulado	- 1.745.464	991.207
TOTAL	4.289.955	7.026.625

16 Custos de Execução dos principais programas sociais:

Programas sociais	2013	2012
Bolsa Universitária	64.301.338	51.316.937
Bolsa Universitária Luziânia	800.000	1.600.000
Restaurante Cidadão	9.554.614	11.794.147
Goiás sem Frio	1.263.545	1.061.095
Oficinas Educacionais Comunitárias (OEC's)	336.676	3.586.493
Doações de Veículos	10.543.500	5.446.082
Natal OVG	9.068.250	5.914.304
Apoio aos Romcinos de Trindade	314.991	207.328
Apoio aos Romcinos de Miquim	11.292	44.322
Centro de Qualificação Profissional	57.944	569.204
Inovação para Bebê	594.053	393.881
Malha Compressiva	18.869	12.212
Fraldas Descartáveis	320.234	370.254
Cadeia de Rodas	2.286.110	1.877.937
Auxílio Prefeitura	100.000	5.906.749
Auxílio a Entidade	4.418.534	4.856.064
Auxílio Reforma	-	131.532
Outros programas de benefícios	8.236.399	34.768.378
Total	112.226.349	129.856.919

Até o exercício de 2012 os recursos pagos a Bolsa Universitária, através do contrato de convênio OVG/SEGPLAN nº 001/2011 no valor de R\$ 51.316.937 (cinquenta e um milhões trezentos e dezesseis mil e novecentos e trinta e sete reais), eram registrados nas contas de ativo e passivo, sem interferir nas contas de resultado, pelo regime de caixa.

Em 2013 o mesmo passou a ser registrado nas contas de resultados pelo regime de competência, conforme demonstrado acima.

17 - Despesas com Centro de Custo e Unidade Operacional

UNIDADE	Assistência SOCIAL		ADMINISTRATIVA		PESSOAL		FINANCEIRA		TOAL GERAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
ASSAM	11.302.573,79	6.621.538,94	28.344,03	22.926,75	332.765,50	291.085,57	220,00	-	11.663.683,32	6.935.771,26
DEPRO	7.603,51	6.568,97	10.521,25	44.379,86	1.318.019,04	1.091.037,28	28.928,90	546,82	1.456.072,70	1.142.532,93
CONF.FRALDAS DESC.	307.361,63	290.279,75	5.419,33	2.063,26	69.330,42	77.911,13	-	-	382.111,38	370.254,14
CONF.ENXOVAL PARA BEBÊ	596.379,04	352.290,39	-	1.889,33	37.044,69	39.701,67	-	-	633.423,73	393.881,39
CONF.MALHA COMPRESSIVA	18.868,58	12.211,52	-	-	-	-	-	-	18.868,58	12.211,52
FABRICA DE CADEIRA DE RODAS	2.252.499,44	1.686.121,59	8.702,66	340,00	81.458,47	91.279,72	-	-	2.342.660,57	1.777.741,31
DEPTO DE APOIO AO REST. CIDADÃO	1.904,21	153.270,00	2.173,45	1.068,06	322.987,72	175.246,35	21,50	8,50	327.086,88	329.592,91
RESTAURANTE CIDADÃO CAMPINAS	3.861.750,00	4.091.585,70	13.448,84	4.139,42	-	-	3.989,22	3.780,05	3.879.188,06	4.099.505,17
RESTAURANTE CIDADÃO CENTRO	3.486.631,54	3.426.177,80	-	-	30,00	-	8.966,44	8.496,23	3.498.426,38	3.434.674,03
RESTAURANTE CIDADÃO ANAPÓLIS	1.998.431,72	1.694.723,44	3.246,96	-	1.890,00	500,00	8.630,09	8.232,87	2.012.198,77	1.703.456,31
RESTAURANTE DO SETOR GARAVELO	1.659.790,00	-	1.305,60	-	-	-	-	-	1.661.095,60	-
RESTAURANTE RIO VERDE E LUZIANIA	2.409.760,61	2.226.918,32	-	-	-	-	-	-	2.409.760,61	2.226.918,32
DAES	6.778.430,48	12.944.057,72	37.851,86	25.071,43	444.570,98	341.263,57	176,70	1.804,17	7.261.030,02	13.312.196,89
COMPLEXO GERONT. SAGRADA FAMILIA	378.883,58	431.225,23	885.408,48	821.078,58	2.557.093,89	2.391.537,30	1.308,96	1.911,83	3.822.694,91	3.645.752,94
CASA DO INTERIOR	317.040,89	321.853,60	365.871,51	305.729,05	1.816.822,03	1.730.452,98	503,38	79,26	2.500.237,81	2.358.114,89
CENTRO S. D.GERCINA BORGES TEIXEIRA	103.848,08	43.618,09	135.409,21	111.743,88	1.020.634,32	1.130.365,17	979,43	724,02	1.260.871,04	1.286.451,16
CENTRO DE CONVIVENCIA VILA VIDA	47.167,05	33.936,78	249.960,20	217.794,03	1.435.610,77	1.249.744,32	569,84	1.668,09	1.733.307,86	1.503.143,22
DEPTO DE APOIO SOCIAL CIDADÃO	215.670,88	141.686,91	33.641,77	20.658,76	475.474,86	438.797,69	10,35	-	724.797,86	601.143,36
CENTRO C. SAGRADA FAMILIA	619,43	156,45	200,00	2.459,04	203.374,37	161.485,03	-	227,47	204.193,80	164.327,99
OEC NORTE FERROVIÁRIO	106.482,85	108.636,04	225.189,76	232.896,38	708.960,91	758.813,07	240,20	1.336,31	1.040.873,72	1.101.681,80
OEC NOVO MUNDO	118.054,16	138.841,20	296.944,38	317.563,45	962.715,70	846.120,52	321,67	1.356,42	1.378.035,91	1.303.881,59
OEC CANDIDA DE MORAES	112.139,30	191.285,86	244.991,24	253.595,70	768.878,67	734.731,52	215,56	1.316,92	1.126.224,77	1.180.930,00
APOIO AOS ROMEIROS DE TRINDADE	314.990,70	122.881,33	133.248,45	84.446,49	300,00	-	-	-	448.539,15	207.327,82
APOIO AOS ROMEIROS DO MUQUÊM	11.292,15	24.204,95	40.240,08	20.007,50	11.220,00	110,00	26,60	-	62.778,83	44.322,45
GOIÁS SEM FRIO	1.116.533,71	1.061.095,14	-	-	-	-	-	-	1.116.533,71	1.061.095,14
CRIANÇA FELIZ NATAL	9.068.249,47	5.727.570,16	128.758,92	186.714,90	-	-	107,32	19,33	9.197.115,71	5.914.304,39
CENPAIGO	25.729,96	98.396,12	-	-	-	-	-	-	25.729,96	98.396,12
CENTRO Q. PROFISSIONAL	57.944,22	33.573,38	168.254,47	76.869,12	602.153,71	452.593,50	220,98	6.168,36	828.573,38	569.204,36
BOLSA UNIVERSITÁRIA	64.370.264,05	19063,34	382824,45	55788,63	2299248,33	2040895,26	2146,94	2458,71	67.054.483,77	2.117.905,94
DESPESA DA SEDE	1.179.454,16	311.808,25	1.814.758,28	1.940864,22	17.520.043,07	16.796.665,00	252.870,59	219796,03	20.767.126,10	19.267.313,50
TOTAL	112.226.349,19	42.315.576,97	5.310.513,58	4.750.087,84	32.990.627,45	30.840.336,65	310.234,67	258.331,39	150.837.724,89	78.164.332,85

* Até 2012 as despesas com programa bolsa universitária eram controladas em conta específica do ativo e passivo, exceto no que se refere as despesas administrativas e de pessoal, já a partir de 2013 a execução do programa passou ser devidamente evidenciadas em conta de resultado.

Em 2013 foram beneficiado pelo programa bolsa universitária aproximadamente 20.000 (vinte mil) bolsistas.

18 Receitas de Convênio

As receitas de convênio são compostas pelos seguintes convênios:

Receita de Assistência Social e Gratuidade com Restrição

	2013	2012
SEPLAN/FUNDES	-	3.606.317
Cont. Gestão SEPLAN/Tesouro	-	52.382.300
Cont. Gestão SEPLAN/Restaurante	-	9.960.600
Cont. Gestão SEPLAN/OECS	-	1.292.610
OVG/Benefícios Sociais, Entidades (FUNDES)	-	-
OVG/Benefícios Sociais - Cont. Gestão SEPLAN	-	2.000.000
Programas (Atividades) de Assistência Social	59.916.746	-
Assistência Social Prog. Bolsa Universitária	65.479.278	5.346.127
Gratuidade	14.962.034	-
Gratuidade Fiscal	5.772.774	-
Rendimento Financeiro	211.717	452.409
TOTAL	146.342.550	75.040.363

Até o exercício de 2012 as receitas provenientes da execução do Contrato de Gestão eram reconhecidas no resultado pelo regime de caixa por fonte de recurso. A partir de 2013 com intuito de adequar-se as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) principalmente no que se refere à ITG 2002 aplicada as fundações e demais entidades do terceiro setor a OVG passou a reconhecer suas receitas pelo regime de competência na mesma proporção da execução do Contrato de Gestão, seja ele pela realização de despesas ou aquisição de ativo imobilizado. Em relação às receitas com gratuidade relacionada ao Programa Bolsa Universitária, até o exercício de 2012 a execução do programa era totalmente controlada em contas do ativo passivo circulante, tanto para as despesas quanto para as receitas. A partir de 2013 a execução deste programa passou a ser evidenciado em contas de resultados tendo por base também o regime de competência para as receitas e despesas realizadas no programa, por este motivo não existe em contas de resultado saldo anterior do Programa Bolsa Universitária.

19 Receitas de Doações

A receita de doações está composta pelos seguintes grupos:

	2013	2012
Pessoa Jurídica	3.483.090	1.928.562
Fomentar	443.913	497.876
Pessoa Física	5.872	105.868
Embaixada do Japão	-	91.181
TOTAL	3.932.875	2.623.487

20 Receitas Eventuais – Sem restrição

As receitas eventuais foram originadas da realização dos seguintes eventos:

	2013	2012
Noite dos Corações de Ouro	-	46.900,00
Promoções Beneficentes	25.932,95	13.856,50
Barra/Natal na Praça Cívica	3.200,00	4.000,00
Venda de Bordinas e Outros	27.905,00	18.950,00
Venda de Produtos Inservíveis	250	300
Outras Receitas	125.051,94	40.200,00
Jantar Beneficente	1.994.348,00	1.340.000,00
Casa Cor	34.942,10	40.211,00
Show Beneficente (Beattles)	-	149.600,00
Receita de Edifícios	143,8	226,8
TOTAL	2.211.783,79	1.653.844,30

21 – Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão compostas por:

	2013	2012
Descontos Obtidos	34.413	38.206
Juros Recebidos sobre Aplicações Financeiras	236.239	506.565
TOTAL	270.622	544.771

22 Cota Patronal INSS e Outras Receitas

O valor usufruído pela imunidade tributária referente à Cota Patronal INSS é de R\$ 4.415.534 (quatro milhões quatrocentos e quinze mil quinhentos e trinta e quatro reais).

	2013	2012
Subvenção Federal - INSS Patronal	4.415.534	4.087.011
SAT	443.554	408.701
Terceiros	915.687	850.414
TOTAL	5.772.774	5.346.127

23 Evento Subsequente

Até aprovação e o encerramento das demonstrações financeiras de 2013, no início de 2014 foram repassadas OP – Ordem de Pagamento, referente ao exercício de 2013 nos valores de:
- Bolsa Universitária OP 001 e 002 - R\$ 7.134.175,33
- Restaurante Cidadão OP 001, 006, 028 e 030 - R\$ 2.711.530,00
- Oficinas Educacionais – OECS - OP 006 - R\$ 107.727,50
- Manutenção e Programas de Proteção Inclusão Social da OVG OP 026, 027 e 029 - R\$2.948.807,72

Com relação ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS a Portaria nº 21 de 11 de março de 2014 da Secretaria Nacional de Assistência Social, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 14/2014/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.065051/2009-71, resolve: Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo. 71000.090995/2009-87.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 361, de 15/06/2012 publicada no Diário Oficial da União de 18/06/2012, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social requerida pela pela Organização das Voluntárias de Goiás, CNPJ 02.106.664/0001-65, pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014, nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 7.237/2010 e do parágrafo único do art. 38 - A, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 4º (...).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SNAS/MDS nº 361, de 15/06/2012, publicada no Diário Oficial da União de 18/06/2012, que indeferiu o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social.

Além das informações mencionadas anteriormente não existem nenhum outro fato relevante que necessite ser mencionado. Ressaltamos que não possuímos nenhum outro Convênio com órgãos ligados às atividades de Educação e/ou Saúde.

24 Autorização para Conclusão das Demonstrações Contábeis

A coordenação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis e notas explicativas em 24 de março de 2014. Era o que temos a relatar e esclarecer em adendo as demonstrações contábeis hora apresentadas e encerradas.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2013.

ELIANA MARIA DE CASTRO FRANÇA
Coordenadora Geral
OLAVO MARSURA ROSA
Coordenador Financeiro
IZEKSON JOSÉ DA SILVA
Coordenador Administrativo
HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Coordenadora Técnica
DANILZA DE JESUS LOURENÇO
Depto Contábil
CRC-GO 013632/0-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Coordenadores da
ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG
Goiânia - GO

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Organização das Voluntárias de Goiás - OVG** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

1. No que se refere ao Resto de Doações, foram identificados processos de doações e transferências a outras entidades filantrópicas que foram motivos de questionamento por parte de entidades fiscalizadoras e reguladoras, devido a limitação no escopo dos trabalhos não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos que tais procedimentos pudessem afetar as demonstrações contábeis;

2. Referente aos valores apresentados no **Ativo Imobilizado**, os controles apresentados pela entidade não permitem validar, de forma conclusiva, sobre o saldo existente e tampouco nos foi possível satisfazer por procedimentos alternativos de auditoria. Como a variação de ativos é computada na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes no lucro líquido do exercício registrado na Demonstração do Resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Com relação à aplicação do teste de recuperabilidade do imobilizado (*impairment*) e ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros, a Companhia não adotou as mudanças de práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007 e normas brasileiras de contabilidade convergidas ao padrão internacional IFRS, principalmente a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Os controles apresentados pela entidade não permitem avaliar, de forma conclusiva, sobre esses valores atualizados e tampouco foi possível validar por procedimentos alternativos de auditoria.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Organização das Voluntárias de Goiás - OVG** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 o Certificado Beneficente de Assistência Social – CEBAS, por meio da Portaria nº 21 de 11 de março de 2014 da Secretaria Nacional de Assistência Social, foi deferido sua renovação pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2014. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins de comparação foram auditados por esta auditoria, e na oportunidade foi emitido relatório de auditoria com opinião sem modificação.

Goiânia-GO, 26 de março de 2014.



Grupo Work
Auditoria Independente S.S.
CRC 0947 GO
Marcelo Alejandro Galindo Bravo
Contador CRC GO-015750/O-4

Ipasgo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO
Processo nº 4-9-1928366/2014

Termo Aditivo nº 09/2014

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1ª Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Francisco Taveira Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG sob o nº. 3292807 SSP/GO, portador do CPF nº. 691.360.761-04.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBAS, CNPJ nº 25.004.771/0001-88, com sede na Avenida Tiradentes, Qd. 22-A, s/n, Setor dos Funcionários/Trombas, Goiás, doravante designada **CONVENENTE**, neste ato representada pelo Sr. Catarino José da Silva, Prefeito empossado em 01/01/2013, portador da CI 22456 (PM-GO) e do CPF nº 25.004.771/0001-88.

2- DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do convênio firmado entre o IPASGO e a Prefeitura Municipal de Trombas permitindo a inscrição e admissão, como usuários do Sistema Ipasgo Saúde, os servidores ativos, inativos, pensionistas e empregados públicos da CONVENENTE, na forma prevista na Lei Estadual nº. 17.477, de 25 de novembro de 2011 e Decreto nº 7.595, de 09 de abril de 2012.

3- PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de vigência do presente Convênio é de **12 (doze) meses**, compreendendo o período de 21/03/2014 à 20/03/2015, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, em consonância com o disposto no artigo 57, II, da Lei nº. 8.666/93; desde que os participantes manifestem com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela prorrogação.

EXTRATO Nº 55/2014

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO
Processo nº 4-9-1935547/2014

Termo Aditivo nº 11/2014

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1ª Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Francisco Taveira Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG sob o nº. 3292807 SSP/GO, portador do CPF nº. 691.360.761-04.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, CNPJ nº 01.181.585/0001-56, com sede na Praça Francisco Felipe Machado, nº 37, Centro, CEP: 75200-000, Pires do Rio, Goiás, doravante designada **CONVENENTE**, neste ato representada pela Sra. Maria Aparecida Marasco Tomazini, Prefeita empossada em 01/01/2014, portadora da CI 9.873.050-2 (SSPSP) e do CPF nº 694.821.361-87.

2- DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do convênio firmado entre o IPASGO e a Prefeitura Municipal de Pires do Rio permitindo a inscrição e admissão, como usuários do Sistema Ipasgo Saúde, os servidores ativos, inativos, pensionistas e empregados públicos da CONVENENTE, na forma prevista na Lei Estadual nº. 17.477, de 25 de novembro de 2011 e Decreto nº 7.595, de 09 de abril de 2012.

3- PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de vigência do presente Convênio é de **12 (doze) meses**, compreendendo o período de 16/03/2014 à 15/03/2015 podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, em consonância com o disposto no artigo 57, II, da Lei nº. 8.666/93; desde que os participantes manifestem com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela prorrogação.

EXTRATO Nº 54/2014

EXTRATO DO CONVÊNIO
Processo nº 4-9-1932427/2014

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1ª Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Francisco Taveira Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG sob o nº. 3292807 SSP/GO, portador do CPF nº. 691.360.761-04.